

30
anos
1985-2015

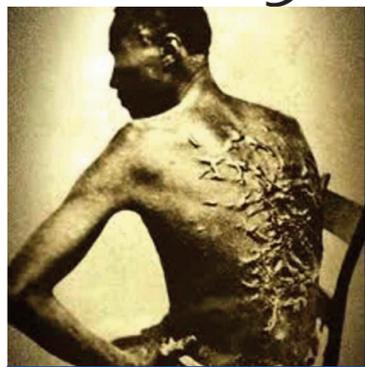
Informe
1ª edição: 1998

DISTRIBUIÇÃO
GRATUITA

ASUNIRIO

Associação dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro Fundada em 10 de dezembro de 1985

MAIO/JUNHO de 2016 Rio de Janeiro, 19 de JUNHO de 2016 | Ano 18 | Nº 203 www.asunirio.org.br



NÃO QUEREMOS 13 DE MAIO

Nos posicionamos sobre a questão negra e a abolição

Página 6 e 7



DIA DA ENFERMAGEM

Florence Nightingale e seu pioneirismo.

Página 8

**NÃO PENSE EM CRISE,
TRABALHE...
PELA GREVE GERAL**

O HUGG (Hospital Universitário Gaffrée e Guinle) estuda a implantação de um programa de prevenção de câncer color-retal para seus servidores.



Se você tem interesse em participar, entre em contato com a ASUNIRIO e aguarde novas orientações.

InformeASUNIRIO esclarece:

Em matéria divulgada na capa da edição 202, o informeASUNIRIO afirmou que a atual composição do conselho universitário tem 10 votos biônicos, ou seja, dez conselheiros indicados pelo reitor e não eleitos. E acrescentou: "Foi o caso da Diretora do Sistema de Bibliotecas, Márcia Valério. Apesar da posição clara dos servidores do

sistema contrários à privatização do hospital, a diretora não seguiu o voto dos servidores, por imposição da gestão ao seu voto."

Marcia Valério procurou o sindicato e esclareceu que não representa os técnico-administrativos do sistema de bibliotecas no CONSUNI. Disse que sua vaga é uma vaga administrativa pelo cargo que ocupa e que não consultou os

servidores do sistema de bibliotecas por não ver necessidade para isso. Acrescentou também que o reitor não exigiu que ela votasse favorável a EBSERH e que o fez por convicção pessoal. Por fim esclareceu que só representa os técnicos administrativos do sistema de bibliotecas no CONSEPE, ainda assim apenas os de nível superior.



Frases para reflexão

“A política ama a traição, mas abomina o traidor”

(Leonel Brizola)

INFORME:

Os coordenadores Rafael de Souza e Mello Coelho da Silva e Bruno Luís Santiago Cruz licenciaram-se de suas atividades sindicais a partir do dia 30 de maio.

EXPEDIENTE

Coordenação Geral: Wilson Ferreira Mendes.

Coordenação de Educação: William Garcia dos Santos e Sílvia Helena da Silva.

Coordenação de Administração e Finanças: Antonio Luiz Mendonça Correia e Francisco Daniel da Silva Monteiro.

Coordenação de Políticas Sindicais e Comunicação: Marcelo Nascimento Silva e Paulo Ferreira.

Coordenação de Políticas Sociais, Culturais, Esporte e Lazer: Célio Maymone Pontes e Louyze Martins Gomes.

Coordenação Jurídica e Relações de Trabalho: Benedito Cunha Machado e José Carlos Passarelli.

Coordenação de Assuntos de Aposentadoria e Pensão: João Bosco de Souza e Sheila Maria C. A. Bernardes.

Coordenação de Raça, Gênero e Etnia: Jéssica Nogueira Alves dos Santos.

Suplentes: Oscar Gomes e Célio Serafim.

Conselho Fiscal: Eloi Barbosa, Sílvia Freitas dos Santos e Milton Hernani Pessanha Pereira da Silva.

Suplentes: Jerusa Ferreira Braga, Maria José dos Santos Silva e Idelco Nascimento.

Coordenadores licenciados: Rafael de Souza e Mello Coelho da Silva e Bruno Luís Santiago Cruz.

Associação dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (ASUNIRIO)

Av. Pasteur, 296, térreo
Cep: 22290-240
Tel/Fax: (21) 2541-0924

Site: www.asunirio.org.br

Endereço eletrônico:
asunirio@asunirio.org.br

Horário de funcionamento:
10h às 16h

Tiragem: 2.000 exemplares.

Impressão: News Technology Gráfica Editora Ltda.

Jornalista Responsável: Rafaela Pereira - MTB JP 23991 RJ
(rafaelapgomes@gmail.com)

O conteúdo deste informativo é de responsabilidade da Diretoria Executiva da ASUNIRIO. Filiada à FASUBRA Sindical

ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UNIV. FED. DO EST. DO RIO DE JANEIRO-ASUNIRIO			
Balancete Mensal (Dispositivo legal: Art. 45, letra "d", do Estatuto)			FEVEREIRO de 2016
PAGAMENTOS ATRAVÉS DA TESOUREARIA CAIXA GERAL			RECEITAS E OUTROS RECEBIMENTOS Banco do Brasil S.A - conta Corrente
Assessoria Jurídica	Escr Boechat	jan	2.500,00
Folha de Pagamento (líquido)	Funcionário	jan	1.170,15
Folha de Pagamento	Autônomos	jan	2.591,54
GPS/INSS	Guias recolh.	jan	1.355,29
GFIP/FGTS	Guias recolh.	jan	108,09
Combustível (ressarcimento)	comprovante		50,00
SINTESE - Mens. Sindical	funcionário	nov/ dez	27,02
DARF - PIS - Folha Pagamento	Secret Rec Fed	jan	13,51
Material de Consumo	Expediente	jan	198,34
Correios - Envio jornal aos aposent e penson.	"Informe ASUNIRIO"	594	1143,18
Impressão de jornal	"Informe ASUNIRIO"	Ed.200	2250,00
Despesa c/ transporte	urbano	taxi/ ônibus	1124,70
NEXTEL-18 celulares c/rádios	conta de celulares	jan	2.510,46
Aluguel quadra esportiva	quadra	jan	320,00
Locação de container	mensal	v-28/1	425,55
Assinatura mensal de jornal	O GLOBO	v-18/1	87,90
Manut. mensal Informática	mensal	jan	0,00
Alimentação e Lanche	Expediente.Adm.	Div.	446,41
FASUBRA	mensalidades	jan	1.836,36
Vale transporte(ref a 22 d/úteis)	Funcionário	fev	501,60
Auxílio Alimentação	Funcionário	fev	372,90
Diárias	Brasília	seis	1020
Estadia- hospedagem	Brasília	26 a 29	396,00
Inscrição em evento	Brasília	duas	220,00
passagem Brasília	Brasília	quatro	1750,94
AJUDA DE CUSTO (plantões da diretoria), total >>>>			0,00
Coord. Coordenações	oo - plantões		
(TRÊS) Coord Geral	(00 x R\$ 70,00)	0,00	
(DOIS) Coord Adm Finanças	(00 x R\$ 70,00)	0,00	
(DOIS) Coord Jurídica	(00 x R\$ 70,00)	0,00	
(DOIS) Coord. Social	(00 x R\$ 70,00)	0,00	
(DOIS) Coord Aposentados	(00 x R\$ 70,00)	0,00	
(DOIS) Coord. Pol. Sindicais	(00 x R\$ 70,00)	0,00	
(DOIS) Coord. Gênero Raça	(00 x R\$ 70,00)	0,00	
(DOIS) Coord de Educação	(00 x R\$ 70,00)	0,00	
(três) Cons. Fiscal	(00 x R\$ 70,00)	0,00	
AJUDA DE CUSTO (representação)			00,00
TOTAL			22.419,94
MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS DO CAIXA			
Saldo do mês anterior (caixa Geral)			921,06
>Transferência do Caixa para Dev. Diversos, de dívida de associados			1.842,26
Banco do Brasil S.A.			23.920,90
Subtotal			24.841,96
Total das despesas pagas p/Caixa Geral			-22419,94
Saldo do Caixa Geral			2.422,02
MOVIMENTAÇÕES CONTAS BANCÁRIAS			
Conta de Aplicação - BB Renda Fixa DI 500			
Saldo do mês anterior			78.001,88
Transferência de c/corrente p/aplicação			0,00
Rendimentos anteriores - junho			0,00
Rendimentos do mês			707,81
Estorno de resgate mês anterior			0,00
Resgates p/cobrir o Conta Corrente			0,00
IRPJ retido p/BB S/A - aplic de OUTUBRO			0,00
Total da conta de Aplicação			78.708,83
Saldo do mês anterior			19.993,93
Valores recebidos na conta			36.727,30
Tar banc.deb.diretam.-BB			0,00
Tar banc.deb.diretam.-BB			-60,15
Transf.Bco p/Caixa Geral			-23.920,90
Transf.Cta Corrente.p/aplic BB			-0,00
Ressarcimento de despesas -depósitos			0,00
Déb Aut Cta Telef fixo (+) Velox, outros			-278,53
Cheque não compensado			0,00
Cheque mês anterior compensado			0,00
Devolução de despesas realizadas			0,00
Resgate de aplicação para c/corrente			0,00
Contribuição de associados-depositos			0,00
Saldo Conta Corrente-BB			19.993,93
ATIVO IMOBILIZADO			
Invest. Anterior Bens Móveis			56.123,39
Bens adquiridos no mês			0,00
Bens baixados no mês			0,00
SALDOS FINANCEIROS			
Bancos C/Corrente - Bco do Brasil S/A			32.459,65
Aplic. Financeira-Renda Fixa D-I 500-BB			78.708,83
Dinheiro em poder da Tesouraria			2.422,02
Total de recursos disponíveis			R\$ 113.590,50



O Informante: os bastidores do jornalismo nos EUA

O CineClube Direito em Movimento apresenta na quinta-feira, dia 23 de junho, o filme O Informante, de Michael Mann, com Al Pacino e Russell Crowe. A exibição acontece às 18h30 no Centro Cultural Luiz Severiano Ribeiro - Cine Odeon, e será precedida por um debate. A entrada é franca.

O filme debate a organização dos meios de comunicação nos EUA e os limites do jornalismo livre. Também desmonta parte das articulações entre a indústria do Tabaco e o poder público.

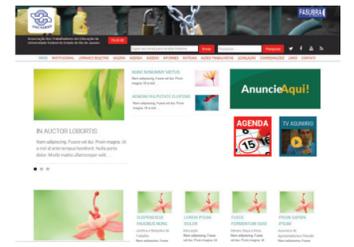
A história é baseada em fatos reais e causou grande polêmica quando o filme foi lançado pois acu-

sou jornalistas que tentaram coibir a liberdade de imprensa estadunidense.

Realizado mensalmente, o cine-clube é resultado da parceria entre a Liga Acadêmica de Ciências Criminais (Laccrim) - projeto de extensão da UNIRIO -, a Caixa de Assistência dos Advogados do Rio de Janeiro (Caarj), a Organização de Advogados do Brasil - Rio de Janeiro (OAB/RJ), a Defensoria Pública do Estado, a Fundação Escola da Defensoria Pública, o Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB) e a Associação Carioca de Advogados Trabalhistas (Acat).

ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UNIV. FED. DO EST. DO RIO DE JANEIRO-ASUNIRIO				MARÇO de 2016	
Balancete Mensal (Dispositivo legal: Art. 45, letra "d", do Estatuto)					
PAGAMENTOS ATRAVÉS DA TESOUREARIA CAIXA GERAL				RECEITAS E OUTROS RECEBIMENTOS Banco do Brasil S.A - conta Corrente	
Assessoria Jurídica	Escr Boechat	fev	2.500,00	Contrib Líq. Associados Folha JUNHO	37.270,74
Folha de Pagamento (líquido)	Funcionário	fev	1170,15	AC	CNPJ 34023077/0001-07 24159,22
Folha de Pagamento	Autônomos	fev	2591,54	HUGG	CNPJ 34023077/0002-80 13065,17
GPS/INSS	Guias recolh.	fev	1355,29	UFF	CNPJ 28523215/0001-06 46,35
GFIP/FGTS	Guias recolh.	fev	108,09		
SINTESI - Mens. Sindical	funcionário	fev	13,53		
DARF - PIS - Folha Pagamento	Secret Rec Fed	fev	13,51		
Material de Consumo	Expediente	mar	464,94		
Correios - Envio jornal aos aposent e pension.	"Informe ASUNIRIO"	594	945,00		
Impressão de jornal	"Informe ASUNIRIO"	Ed.200	2250,00		
Despesa c/ transporte	urbano	taxi/ ônibus	1087,80		
NEXTEL-18 celulares c/rádios	conta de celulares	FEV	2510,79		
Aluguel quadra esportiva	quadra	MAR	400,00		
Locação de contêiner	mensal	v-28/1	425,55		
Assinatura mensal de jornal	O GLOBO	v-18/1	87,90		
Manut. mensal Informática	mensal	FEV	0,00		
Alimentação e Lanche	Expediente.Adm.	Div.	672,55		
FASUBRA	mensalidades	FEV	1.863,54		
Vale transporte(ref a 22 d/úteis)	Funcionário	MAR	501,60		
Auxílio Alimentação	Funcionário	MAR	372,90		
Diárias	Brasília	4	680,00		
Estadia- hospedagem	Brasília	01 a 03	430,67		
xerox A3	Brasília	duas	30,50		
passagem Brasília	Brasília	quatro	643,30		
Contribuição à Entidades			84,00		
Mat Perm. l Conj Arm de Coz. l100% MDF			2.000,00		
AJUDA DE CUSTO (plantões da diretoria), total	>>>>		770,00		
Coord. l Coordenações	00 - plantões				
(TRÊS) l Coord Geral	(03 x R\$ 70,00)		210,00		
(DOIS) l Coord Adm Finanças	(05 x R\$ 70,00)		350,00		
(DOIS) l Coord Jurídica	(03 x R\$ 70,00)		210,00		
(DOIS) l Coord. Social	(00 x R\$ 70,00)		0,00		
(DOIS) l Coord Aposentados	(00 x R\$ 70,00)		0,00		
(DOIS) l Coord. Pol. Sindicais	(00 x R\$ 70,00)		0,00		
(DOIS) l Coord. Gênero Raça	(00 x R\$ 70,00)		0,00		
(DOIS) l Coord de Educação	(00 x R\$ 70,00)		0,00		
(três) l Cons. Fiscal	(00 x R\$ 70,00)		0,00		
AJUDA DE CUSTO (representação)			0,00		
TOTAL			23.973,15		
MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS DO CAIXA				SALDOS FINANCEIROS	
Saldo do mês anterior (caixa Geral)			2422,02	Bancos C/Corrente - Bco do Brasil S/A	46.679,03
>Transferência do Caixa para Dev. Diversos, de dívida de associados			0,00	Aplic. Financeira-Renda Fixa D-I 500-BB	80.128,60
Banco do Brasil S.A.			23.278,90	Dinheiro em poder da Tesouraria	1.727,77
Subtotal			25.700,92		
Total das despesas pagas p/Caixa Geral			-23.973,15		
Saldo do Caixa Geral			R\$ 1.727,77	Total de recursos disponíveis	R\$ 128.535,40

Novo site em fase de implementação



O site da ASUNIRIO teve uma nova proposta de layout desenvolvida em 2015. Entretanto, a cassada da consignação sofrida pela entidade em setembro criou uma austeridade financeira que impossibilitou sua implementação.

As novas diretrizes da coordenação de administração e finanças que junto com a coordenação geral criou um plano de contingenciamento permitiu que o sindicato recuperasse suas finanças. Em maio de 2016 as reservas da associação foram totalmente recuperadas e hoje ela tem um caixa superior ao de 2015, no início da atual gestão.

A saúde financeira do sindicato possibilitou que os antigos projetos fossem retomados e até o final de julho já teremos o novo site no ar.

Seu visual será bem mais atraente e dinâmico e seu conteúdo terá atualização semanal. Os assuntos pertinentes serão atualizados em tempo real.

Essa dinâmica só foi possível graças a nova tecnologia da plataforma. Implementada por uma empresa terceirizada sob a gerência dos coordenadores do sindicato com amplos conhecimentos de TI.

A gestão também contou com a ajuda de coordenadores - hoje licenciados - que dominavam noções de design e usabilidade.

Os avanços, contudo, serão para além desta gestão, ficando como patrimônio intangível da associação.

Agradecemos a todos que estiveram envolvidos nesse projeto e nos primeiros meses estaremos em fase de adaptação. Críticas e elogios serão bem vindos e certamente serão incorporados ao site.

INFORME ASUNIRIO

agradece:

Aos trabalhos prestados pelo coordenador geral e de comunicação Bruno Cruz, que desde 2015 assumiu a editoria do nosso jornal.

Neste tempo o jornal mudou seu formato, ficou colorido e as matérias passaram a ser produzidas dentro de nosso sindicato.

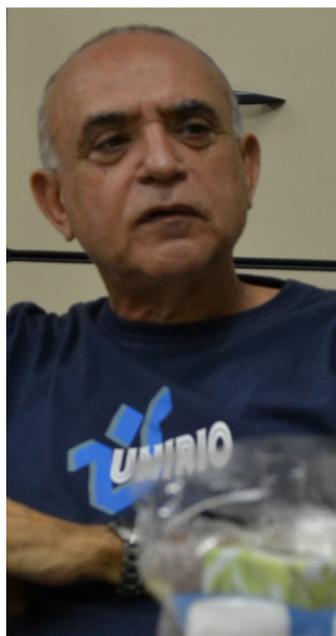
O jornal cresceu e se tornou referência nacional. É lido por vários sindicatos e em momentos chave teve um desempenho importante na luta. Por tudo isso agradecemos aos serviços prestados.

A partir deste número, porém, modificamos a editoria do jornal. Aqui ainda há importantes contribuições do coordenador licenciado, mas a partir do próximo número pretendemos mudar o formato e tornar a linha editorial mais propositiva em alinhamento com a luta dos três segmentos na construção de uma universidade pública, laica, democrática, acessível ao povo trabalhador e seus filhos.

Reitor da UNIRIO doa patrimônio público e foge... de férias.

Seu realizar CORRUPTO e ferido princípios morais e éticos, o magnífico reitor da UNIRIO assina cédula do Gafite e foge para uma empresa de direito privado e em segredo sai de férias.

Oscar conclui o mestrado e faz recomendações para o aperfeiçoamento da Ordem de Serviço, referente ao assédio moral na Unirio



Após dois anos de estudo na Fundação Cesgranrio, Oscar, ex-Coordenador Geral da ASUNIRIO, concluiu o Mestrado em Avaliação e faz recomendações para o aperfeiçoamento da Ordem de Serviço GR nº 02/2004, referente ao assédio moral da Unirio.

O título do seu trabalho foi "Avaliação da utilidade, adequação e precisão da Ordem de Serviço Gr nº 02/2004 na Organização de ações por parte da administração superior da Unirio". Segundo Oscar, o período de estudo foi enriquecedor, foi uma pesquisa muito interessante, colhendo ideias de várias pessoas e fazendo uso de muitas referências bibliográficas para entender e dispor de caminhos para o aperfeiçoamento da ferramenta, no sentido de construir, não só no ambiente da universidade, um relacionamento

respeitoso e sadio, mas que as informações divulgadas possam também ser levadas pelos leitores a outros espaços de suas convívios. Maiores informações sobre o estudo você pode encontrar no site da Fundação Cesgranrio - mestrado.cesgranrio.org.br - turma 2014.

Aproveitando a oportunidade, Oscar, agradece a todos que diretamente ou indiretamente lhe ajudaram com a elaboração do referido estudo, e disse ter enviado cópias da dissertação para conhecimento do Reitor da Unirio, Prof. Jutuca (que autorizou a pesquisa), ao Pró-Reitor de Gestão de Pessoas, Carlos Guilhon, a Diretora da Biblioteca Central, Marcia Valéria (para consulta da Comunidade Universitária) e para direção da ASUNIRIO.

**COORDENAÇÃO
JURÍDICA****Ação dos 28,86%**

Processo 980003834-5: Gomes de Mattos – Em pagamento. Contato com a funcionária Andréia pelo telefone: 3231-7717. Podem entrar em contato com o escritório os titulares, pensionistas ou herdeiros.

Segue lista abaixo:

- 1- Antônio Eubenio Valverde Mariani Passos
- 2- Denise Neves Sabino
- 3- Ivone De Souza Mendes
- 4- Ivonete da Costa Carvalho
- 5- Janaína Braga Chaves
- 6- Jonas Sepulcro Guimarães
- 7- Luiz Henrique Correa
- 8- Marcelo Ferreira de Souza
- 9- Márcia Regina Dos Santos Nascimento
- 10- Margarida Sales Do Carmo
- 11- Maria Antônia Campos
- 12- Nair De Almeida Torres
- 13- Neuza Maria Soares Sorentino
- 14- Paloma Ribeiro De Almeida
- 15- Paulo Fernando Veneno De Oliveira
- 16- Rosimere Litorino Jorge
- 17- Sahiko Odani
- 18- Suzi Maria Fernandes
- 19- Teresa Cristina Cordeiro Pinheiro
- 20- Vânia Speiski Dos Santos
- 21- Viviane Peçanha Pinto
- 22- Wander Thadeu Soares Pinto
- 23- Wania Carla Dias De Freitas

Ação dos 3,17%

Processo 2003.51.01.012775-5 – o servidor deve dirigir-se ao escritório do Dr. Luiz Fernando – Av. Rio Branco, nº 277, sala 908, telefones: 2233-4347/2233-3586.

- 1- Adalberto Pinto Canabarro
- 2- Almir Alves Ramos
- 3- Deolinda Manuela Gonçalves
- 4- Dino Faria
- 5- Edith Dutra Weck
- 6- José Luiz Figueiredo
- 7- Magdalena da Silveira Lourenço
- 8- Nadir Nunes Dos Santos Silva
- 9- Pulcherio De Calazans
- 10- Sandra Maria Silvino Mondaini
- 11- Vera Lúcia Pereira Gaspar

Plano Bresser

– Processo 1580/91: Gomes de Mattos. Contato com a funcionária Andréia pelo telefone: 3231-7717 (em caso de dúvidas, ligar para ASUNIRIO. Telefone: 25410924).

ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UNIV. FED. DO EST. DO RIO DE JANEIRO-ASUNIRIO				ABRIL de 2016	
Balancete Mensal (Dispositivo legal: Art. 45, letra "d", do Estatuto)					
PAGAMENTOS ATRAVÉS DA TESOOURARIA				RECEITAS E OUTROS RECEBIMENTOS	
CAIXA GERAL				Banco do Brasil S.A - conta Corrente	
Assessoria Jurídica	Escr Boechat	mar	2.500,00	Contrib Líq. Associados Folha JUNHO	37.392,79
Folha de Pagamento (líquido)	Funcionário	mar	1.125,11	AC	CNPJ 34023077/0001-07 24.082,98
Folha de Pagamento	Autônomos	mar	2591,54	HUGG	CNPJ 34023077/0002-80 13.263,46
GPS/INSS	Guias recolh.	mar	1.031,22	UFF	CNPJ 28523215/0001-06 46,35
GFIP/FGTS	Guias recolh.	mar	108,09		
SINTESE - Mens. Sindical	funcionário	mar	13,50		
DARF - PIS - Folha Pagamento	Secret Rec Fed	mar	0,00		
Material de Consumo	Expediente	abr	928,81		
Correios – Envio jornal aos aposent e pension.	"Informe ASUNIRIO"		0,00		
Impressão	outros		178,00		
Despesa c/ transporte	urbano	taxi/ônibus	459,45		
NEXTEL-18 celulares c/rádios	conta de celulares	mar	2189,70		
Aluguel quadra esportiva	quadra	abr	240,00		
Locação de container	mensal	v-28/1	425,55		
Assinatura mensal de jornal	O GLOBO	v-18/1	87,90		
Manut. mensal Informática	mensal	mar	0,00		
Alimentação e Lanche	Expediente.Adm.	Div.	284,66		
FASUBRA	mensalidades	fev	1.868,69		
Vale transporte(ref a 22 d/úteis)	Funcionário	abr	501,60		
Auxílio Alimentação	Funcionário	abr	372,90		
Conta telefonica	TIM		176,71		
Contribuição a outras entidades			200,00		
serviço internet	locaweb		40,00		
Mat Perm- Conj Mesa e cad. e Mów de Canto			2400,00		
Combustível			50,00		
Contribuição sindical	funcionario		45,04		
Estacionamento			9,00		
DCTF	fevereiro		250,00		
AJUDA DE CUSTO (plantões da diretoria), total >>>>				350,00	
Coord. Coordenações	oo - plantões				
(TRÊS) Coord Geral	(01 x R\$ 70,00)		70,00		
(DOIS) Coord Adm Finanças	(02 x R\$ 70,00)		140,00		
(DOIS) Coord Jurídica	(01 x R\$ 70,00)		70,00		
(DOIS) Coord.Pol. Sindicais	(00 x R\$ 70,00)		0,00		
(DOIS) Coord Aposentados	(01 x R\$ 70,00)		70,00		
(DOIS) Coord. Educação	(00 x R\$ 70,00)		0,00		
(DOIS) Coord. Gênero Raça	(00 x R\$ 70,00)		0,00		
(DOIS) Coord Social	(00 x R\$ 70,00)		0,00		
(três) Cons. Fiscal	(02 x R\$ 70,00)		0,00		
AJUDA DE CUSTO (crepresntação)			30,00		
TOTAL			18.782,55		
MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS DO CAIXA				SALDOS FINANCEIROS	
Saldo do mês anterior (caixa Geral)			1.727,77	Bancos C/Corrente - Bco do Brasil S/A	0,00
>Transferência do Caixa para Dev. Diversos, de dívida de associados				Aplic. Financeira-Renda Fixa D-I 500-BB	145.939,00
Banco do Brasil S.A.			19.151,48	Dinheiro em poder da Tesouraria	2.096,70
Subtotal			20.879,25		
Total das despesas pagas p/Caixa Geral			-18.782,55		
Saldo do Caixa Geral			R\$ 2.096,70	Total de recursos disponíveis R\$ 148.035,70	

Por uma frente em defesa dos direitos dos trabalhadores

Não devemos pagar pela crise. Pela construção da GREVE GERAL!

A conjuntura nacional está numa ebulição político-institucional, muito devido a polarização entre governistas e oposição de direita, implodindo no processo de impeachment. No meio disso tudo se encontra a sociedade, que está indignada com a atual situação do país, principalmente ligada aos escândalos de corrupção. A indignação popular vem desde as jornadas de junho de 2013, passando pelo "Não Vai Ter Copa" em 2014, pelas lutas e greves de 2015.

Contudo, a indignação foi canalizada pela oposição de direita, num foco somente, que é tirar o governo do PT do poder. A tática utilizada pela direita para seduzir a população é o lema "contra a corrupção". Uma pergunta que fica é: alguém sai às ruas a favor da corrupção? Essa é uma pauta ampla e que não aponta caminhos E pior, pois é encabeçada por diversos corruptos condenados ou citados em investiga-

ções. Prova disso são as denúncias e escândalos envolvendo o presidente interino e todos seus apoiadores.

Em resposta a isso, o governo aponta outra pauta ampla e sem o devido aprofundamento, que é a "Em defesa da democracia". Mas, qual democracia? A quem ela serve? E como, por que e pra quem ela é construída? A democracia, ou o dito estado democrático de direito, é quebrada todos os dias com ataques frontais aos direitos trabalhistas e sociais, estes sim conquistados através de muita luta e consagrados democraticamente.

Outro mote do governo é o "não vai ter golpe". A alegação de que o impeachment é um golpe carece de um debate mais profundo, pois dentro da legalidade e do estado democrático de direito a figura do impeachment é válida e reconhecida, vide o que aconteceu com Collor, contudo podemos até debater a legitimidade dos autores e dos argumentos e motivações que estão levando a esse processo. Mesmo

assim, sem o uso de argumentos que levem a um terrorismo do tipo "1964 está aí", ou que "o fascismo quer voltar ao poder", bradados pelos que defendem o governo. Não há, na atual conjuntura, indícios de uma mobilização de militares para aplicar um golpe. E os fascistas não deixaram o poder. Governam junto com o PT nesses 13 anos, num governo de coalizão em nome de uma suposta "governabilidade", uma escolha política equivocada do PT, que na verdade se mostrou uma grande traição a classe trabalhadora, já que em 2002 o PT possui base social e legitimidade popular para fazer as reformas progressistas que o Brasil necessita.

Diante desse cenário de polarização, colocado no senso comum e alimentado pela grande mídia é que os sindicatos; partidos de esquerda como PSOL, PSTU e PCB; e movimentos sociais e populares independentes tem a tarefa de construir uma frente ampla em defesa dos direitos dos trabalhadores e dos direitos sociais, que foram

conquistados através de muita luta ao longo da história. A resistência deve vir através da GREVE GERAL!

Para além dessa tentativa de "americanização" da política nacional, devemos nos colocar nas lutas com uma frente que esteja irrestritamente em defesa da classe trabalhadora, carregando todas as bandeiras e pautas históricas e atuais da defesa dos trabalhadores rumo ao poder popular e ao socialismo. Isso, sem nos deixarmos levar por essa dicotomia que não nos serve e não oferece alternativa. Seja Dilma, Cunha, Temer, Aécio, Serra, Marina, Ciro Gomes, Bolsonaro, PT, PSDB, PMDB, PP, PSC e etc., nenhum deles estará conosco, já deram provas a quem servem. São servis do capital, do agronegócio, do rentismo, dos exploradores, dos banqueiros e da aristocracia que domina historicamente a economia e a política nacional. Para os trabalhadores e a população, de um modo geral, nenhum deles nos serve, todos continu-

arão a tocar os projetos neoliberais e de ataques aos trabalhadores.

Por isso, antes de discutirmos sobre eleições gerais, temos que construir um campo que se torne alternativa para essas eleições, mas que venham da construção dessa frente nas lutas cotidianas, das pautas históricas e da força das ruas e dos locais de trabalho. Não podemos nos submeter aos caprichos dos que estão disputando quem terá a caneta para o corte e cassada de direitos, temos que nos contrapor a essa lógica política do terrorismo que ambos os lados da atual polarização se utilizam.

Temos o dever de construir a alternativa real de esquerda, classista, democrática e popular, rumo a uma GREVE GERAL, como tática de resistência.

Nem o governo, nem a direita, por uma frente em defesa dos DIREITOS dos trabalhadores! Rumo à GREVE GERAL!

ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UNIV. FED. DO EST. DO RIO DE JANEIRO-ASUNIRIO			
Balancete Mensal (Dispositivo legal: Art. 45, letra "d", do Estatuto)		MAIO de 2016	
PAGAMENTOS ATRAVÉS DA TESOUREARIA CAIXA GERAL		RECEITAS E OUTROS RECEBIMENTOS Banco do Brasil S.A - conta Corrente	
Assessoria Jurídica	Escr Boechat	dez	2.500,00
Folha de Pagamento (líquido)	Funcionário	dez	1.210,69
Folha de férias (líquido)	Autônomos	dez	1679,99
Folha de Pagamento	Autônomos	dez	1.661,12
GPS/INSS	Guias recolh.	dez	1.031,22
GFIP/FGTS	Guias recolh.	dez	108,09
SINTESE - Mens. Sindical	funcionário	out	13,50
DARF - PIS - Folha Pagamento	Secret Rec Fed	out	27,02
Material de Consumo	Expediente	out	334,75
Correios - Envio jornal aos aposent e pension.	"Informe ASUNIRIO"	613	919,50
Impressão de jornal	"Informe ASUNIRIO"	Ed.202	2450,00
Despesa c/ transporte	urbano	taxi/ ônibus	790,25
NEXTEL-18 celulares c/rádios	conta de celulares	dez	1285,09
Aluguel quadra esportiva	quadra	dez	240,00
Locação de container	mensal	v-28/1	0,00
Assinatura mensal de jornal	O GLOBO	v-18/1	87,90
Manut. mensal Informática	mensal	dez	0,00
Alimentação e Lanche	Expediente.Adm.	Div.	519,16
FASUBRA	mensalidades	dez	1.868,69
Vale transporte(ref a 7 d/úteis)	Funcionário	jan	159,60
Auxílio Alimentação	Funcionário	jan	372,90
Conta telefonica TIM	taxa anual		234,28
Multa Darf - PIS Folha de pagamento	rec. firma		0,62
Juros Darf - PIS Folha de pagamento	Del. Coord. Geral		0,32
Chaveiro			34,00
Hospedagem de 31/3 até 04/4	Devolução Valores	3 meses	323,00
Construção de novo Site			1500,00
Benfeitoria Imoveis de Terceiros	Devolução Valores	3 meses	1085,61
AJUDA DE CUSTO (plantões da diretoria), total >>>>			2.520,00
Coord. Coordenações	00 - plantões		
(TRÊS) Coord Geral	(10 x R\$ 70,00)	700,00	
(DOIS) Coord Adm Finanças	(08 x R\$ 70,00)	560,00	
(DOIS) Coord Jurídica	(04 x R\$ 70,00)	280,00	
(DOIS) Coord.Pol. Sindicais	(05 x R\$ 70,00)	350,00	
(DOIS) Coord Aposentados	(08 x R\$ 70,00)	560,00	
(DOIS) Coord. Educação	(00 x R\$ 70,00)	70,00	
(DOIS) Coord. Gênero Raça	(00 x R\$ 70,00)	0,00	
(DOIS) Coord Social	(00 x R\$ 70,00)	0,00	
(três) Cons. Fiscal	(02 x R\$ 70,00)	14,00	
AJUDA DE CUSTO (coorde aposentado)			40,00
TOTAL			23.077,31
MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS DO CAIXA			
Saldo do mês anterior (caixa Geral)			2.096,70
>Transferência do Caixa para Dev. Diversos, de dívida de associados			
Banco do Brasil S.A.			23.952,85
Subtotal			26.049,55
Total das despesas pagas p/Caixa Geral			-23.077,31
Saldo do Caixa Geral			2.972,24



Começa na segunda-feira, 27 de junho, a 16ª edição da Mostra de Atividades Artísticas e Pedagógicas do Instituto Villa-Lobos (IVL).

No evento, que vai até o dia 1º de julho, serão apresentados os resultados das disciplinas dos cursos do IVL, com variedade de estilos e formações instrumentais e vocais.

Os recitais, concertos e shows, com entrada franca, serão realizados nos espaços do IVL: Sala Villa-Lobos, Sala Alberto Nepomuceno, Sala Guerra-Peixe, Sala Chiquinha Gonzaga e na Praça Mário de Andrade, todos localizados no Centro de Letras de Artes (CLA) da UNIRIO, na Av. Pasteur, 436, Urca.

fonte: www.unirio.br

Consepe aprova mérito de nova Pró-Reitoria.

O CONSEPE realizado no dia 24 de junho aprovou o mérito da nova Pró-reitoria de Assuntos Estudantis.

A próxima etapa será a discussão no CONSUNI sobre a estrutura desta Pró-Reitoria. Com a nova criação, a gestão terá mais um voto biónico nos dois conselhos.

O diretor do Instituto Biomédico, Marcelo Sampaio, alertou que a criação da nova pró-reitoria não seguiu o rito legal estatutário, que exigiu sessão conjunta dos dois conselhos superiores com quorum qualificado. Apesar disso, a gestão – que já profereu na imprensa a frase “a ilegalidade as vezes é necessária” – decidiu não cumprir os devidos ritos legais.

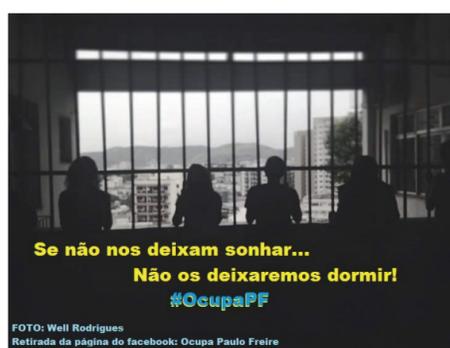
A ação levou os conselheiros que não eram contra o mérito, mas que exigiam a formalidade legal, a se absterem. No total houve 13 abstenções.

Os representantes estudantis do DCE estão seriamente preocupados com a criação dessa pró-reitoria. Dentre outras irregularidades ela não possui uma política de atendimento de assistência social e com isso pode piorar a qualidade da assistência estudantil.

A ASUNIRIO questionou como será feito para que a nova composição do conselho não diminua a representação técnico-administrativa e qual o plano da gestão para o HUGG caso a EBSERH não dê certo, já que a pró-reitoria está sendo criada com as FGs e Cds oriundas do hospital. A gestão não respondeu.

O exemplo da juventude: OCUPAR, LUTAR e RESISTIR!

Por Rafael Mello



Não é novidade que a educação pública no Brasil tem sido sucateada ao longo dos anos. A precarização das escolas públicas tem sido comum a todos os governos, seja do PMDB, PSDB, DEM, PT, PC do B, PP, PSB, PSC, PRB e etc. Corrupção com as merendas, livros didáticos, materiais diversos; atraso de salário, terceirização, falta de estrutura e planejamento; professores com condições de trabalho muito ruins, com pouco tempo para planejamento, com sobrecarga de horários, sem liberdade para exercer sua profissão; alunos e pais dissociados da escola, sem espaço de construção coletiva, sem a devida atenção e importância que merecem; Falta de democracia, de acessibilidade e preocupação com

Nesse cenário, onde os servidores fazem sua resistência com greves e as demais táticas tradicionais de luta, surge um fator novo que são as ocupações estudantis. Passando por cima da forte crise de representatividade pela qual passamos, aprofundada principalmente pela capitulação de movimentos sindicais, sociais e estudantis ao governo do PT, os secundaristas se organizaram e ocuparam as escolas!

Em 2015 os estudantes em São Paulo se uniram contra a reorganização das escolas proposta pelo governo Alckmin. No Rio de Janeiro, no ano de 2016, junto com a greve da rede estadual, aconteceu um forte movimento de ocupação das escolas estaduais. A Prefeitura Mendes de Mo-

rais, na Ilha do Governador foi a primeira, depois centenas se somaram a isso reivindicando melhores condições de estudo, o fim dos cortes na educação e denunciando o quadro que já expus acima. Essa tática se espalhou. São Paulo, Rio, Goiás, Ceará, Rio Grande do Sul,...

Muitos acusam os estudantes ocupantes de prejudicarem o ano letivo e o estudo daqueles que não aderem ao movimento. As ocupações não visam atrasar ou atrapalhar nada, pelo contrário. O movimento ocupa é o foco de resistência para que o ano letivo aconteça de fato. Mas, é muito mais que isso. É uma aula viva de cidadania e luta por direitos, que nenhuma sala de aula seria capaz de reproduzir. Esses estudantes, mesmo os que não ocupam, tornam-se outras pessoas, pois o debate da defesa da educação pública está colocado na sociedade, por cau-

sa do protagonismo desse movimento. O movimento conseguiu barrar reorganizações, derrubou secretários tecnocratas, denunciou desvios e não entrega de materiais, e fez uma defesa concreta da educação pública, gratuita e de qualidade para todos e todas. Por uma educação que nos ensine a pensar e não que nos ensine a obedecer.

Esse movimento dos estudantes é fundamental e necessário. E serve de exemplo para todos nós. Mas, por quê? Ora, os estudantes se organizaram de forma espontânea e rechaçaram qualquer forma de cooptação do movimento, denunciando partidos e movimento estudantil organizado que tentasse se apropriar da luta e organização dos estudantes. Esse exemplo, já fora dado pelos Garis do RJ, que se organizaram contra a burocracia sindical pelega e foram a luta de forma autônoma e indepen-

dente.

Cada vez mais a classe trabalhadora precisa se apropriar da organização das lutas em seus locais de trabalho, estudo e lazer, bem como em seu bairro e local de convívio. Muitas vezes, as burocracias engessam os movimentos e há um aparelhamento das instituições que deveriam fazer a luta, mas atuam mais como “clubes de serviços”. Os sindicatos, partidos e movimentos sociais e estudantis devem ser instrumentos de organização da luta dos trabalhadores e não meros prestadores de serviços ou instituições de fachada para enganar e fazer o jogo dos detentores do poder.

QUE SIGAMOS O EXEMPLO DOS SECUNDARISTAS!

SÓ A LUTA ORGANIZADA E CONSCIENTE DO POVO MUDA A VIDA!



NÃO QUEREMOS O 13 DE MAIO, EXIGIMOS AS REPARAÇÕES AO POVO NEGRO

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE DA ESCRAVIDÃO NEGRA NO BRASIL

Foi criada no início de 2016 pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) a Comissão Nacional da Verdade da Escravidão Negra no Brasil para fazer um resgate histórico do período escravocrata brasileiro e discutir formas de reparação. O presidente nacional da Comissão Nacional da Escravidão Negra no Brasil, Humberto Adami, afirmou que a ideia é revelar fatos que foram apagados da história do país.

Os trabalhos serão executados não só pelas regionais da OAB (que coordenarão comissões estaduais), mas também por meio de parcerias com universidades, movimentos sociais, jornalistas, advogados, juizes, governos, membros do Ministério Público, etc.)

A Comissão já consta com uma pesquisa prévia. Segundo o relator, Wilson Prudente (procurador do trabalho no RJ e doutor em ciência política), os crimes cometidos contra a população negra nesse período são imprescritíveis e podem ser atribuídos a pelo menos 3 grupos: o reino de Portugal (atualmente representado pelo governo de Portugal), a Igreja Católica (representada, hoje em dia, pelo Estado do Vaticano) e o Império do Brasil (atualmente representado pelo governo brasileiro).

A pergunta que serviu de mote para a pesquisa que levou à constituição da Comissão foi: quais foram, como foram e por quem foram cometidos os crimes que tornaram realidade a da escravidão negra no Brasil?

Os sequestros, torturas e toda sorte de

violência e violação de direitos que os negros escravizados sofreram foram subsumidos nos crimes de escravidão, crimes contra a humanidade e crimes de genocídio. Esses crimes foram praticados por uma extensa rede criminosa, integrada por inúmeros grupos, dentre os quais destacam-se os três supracitados.

Para Humberto Adami, a sociedade brasileira tem uma questão racial mal resolvida, um exemplo disso seria que, embora o racismo e a injúria racial sejam crimes e possam gerar penas de 1 a 3 anos de prisão, a lei não tem sido aplicada corretamente pelos tribunais brasileiros, pois não existe praticamente nenhum racista preso no Brasil.

“É preciso adotar uma revisão para que isso possa ser modificado e essa uma das propostas de ratificação completa da Convenção de Combate à Discriminação Racial da ONU.” afirma o presidente nacional da OAB.

Outros exemplos revelam-se nos dados sobre homicídios de jovens negros, quantidade de negros no ensino superior, principalmente na pós-graduação e quantidade de negros em cargos de poder e decisão nas empresas.

O Mapa da Violência, publicado em 2015, mostra que a morte de pessoas brancas por arma de fogo diminuiu 23% em 9 anos, enquanto que a quantidade de vítimas negras aumentou 14% no mesmo período. Entre 2003 e 2012, foram 320 mil negros vítimas de armas de fogo no país.

fonte:
www.palmares.gov.br

CAMPANHA DE REPARAÇÃO

A campanha de Reparação Histórica Humanitária surge a partir do julgamento de Nuremberg, que tratou dos crimes do holocausto judeu. Ela se incorpora ao patrimônio jurídico do direito internacional e se aplica quando há violência a povos inteiros. Há vários povos que se enquadram nesse processo decorrente do impacto da colonização, como os povos originários na América do Norte, os aborígenes na Austrália, os dalits na Índia.

Em 2001, na Conferência da ONU contra o Racismo, a Xenofobia e a Intolerância Correlata, em Durban (África do Sul), foi aprovada uma carta de intenções, inclusive subscrita pelo Brasil, em que o tráfico negreiro e o regime de escravidão são considerados crimes de lesa humanidade e que, portanto, exigem reparação. O Brasil assina, mas não aplica as penas.

No ano passado, foi fundada a Organização de Libertação do Povo Negro (OLPN), que se engaja na construção do Projeto de Reparação. A campanha consiste na apresentação de um Projeto de Lei de iniciativa popular de reparação dos 516 anos de crimes cometidos contra o povo negro e os povos originários. Para o Projeto de Lei é preciso arrecadar 1 milhão e 400 mil assinaturas. A campanha foi lançada em quatro estados (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul) e denuncia o Estado brasileiro como indutor e responsável pelo genocídio do povo negro e originários, além de empresas e famílias nacionais e internacionais que tiraram vantagem

e fizeram suas riquezas com base no trabalho escravo e na exploração. Essa revoltante e humilhante situação garantiu lucros fabulosos aos traficantes e também aos estados que apoiavam o tráfico.

O projeto consiste na reparação coletiva, por 30 anos, sendo aportados R\$ 130 bilhões por ano durante esse período, para a construção de um fundo coletivo para esses atores: quilombos, ocupações, aldeias, associações e favelas.

A coleta de assinaturas para o Projeto de Lei é uma forma de realizar esse debate mais profundo nas aldeias, nas favelas, nos quilombos, nas ocupações. Reforça também, a partir disso, o debate sobre que projeto de Nação construir a partir desses protagonistas, avançando em um projeto político do povo negro no Brasil.

O companheiro Onir de Araújo aponta que, nos últimos anos, houve uma pulverização de propostas e construção de algumas políticas públicas, como as ações afirmativas, que são importantes, mas que é preciso ir à raiz do problema. “As ações afirmativas são importantes e nós atuamos nelas, como no caso da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que tivemos que ocupar, nove anos atrás, para implementar a política de cotas. É ótimo olhar para a UFRGS e ver que hoje há negros e indígenas frequentando uma universidade pública. Mesmo assim, sabemos que, para cada um que consegue entrar na universidade, há outros 100 jovens negros que não vão conseguir entrar porque já

estão mortos. Não podemos transformar vitórias parciais em derrotas. Precisamos de um projeto político de libertação. Hoje nós estamos lutando para nos mantermos vivos.”

Segundo Onir, nos últimos 12 anos, em média 100 jovens negros foram mortos por dia no Brasil. Em 10 anos, mais de 400 mil jovens negros foram mortos. A Polícia Militar tem responsabilidade nesses assassinatos, tanto diretamente, como política de Estado, quanto indiretamente, por sua participação no crime organizado. Nosso povo morre diretamente por ação das armas ou indiretamente pela falta de condições de saúde, educação, moradia, saneamento.

Falando sobre a realidade do povo negro e indígena no Brasil hoje, Onir afirma que há mais de cinco mil comunidades quilombolas no País. Só em Porto Alegre, há seis. Temos uma realidade em que 28 anos após a Constituição Federal, que garantiu no seu artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) a titulação dos Territórios Quilombolas, apenas 155 comunidades dessas cinco mil são tituladas. Nos últimos 12 anos, foram tituladas apenas 15 comunidades.

As comunidades indígenas e quilombolas estão sendo varridas. Tanto o Legislativo como o Executivo e o Judiciário agem em conjunto para que o direito à demarcação e o direito dos povos ao seu território não se realize. É o caso da PEC 215, da ADI 3239 e aqui no Rio Grande do Sul, do PL 31/2015, de autoria do deputado Elton Weber (PSB).

Para garantir que o Brasil siga cumprindo o papel, definido pelos países imperialistas, de grande exportador de commodities (produtos primários como café, minério, soja), há necessidade do avanço do capital e do agronegócio sobre esses territórios para o plantio da soja, mineração e construção de infraestrutura para exploração das riquezas, como ferrovias e estradas. Tudo isso em nome do dito “desenvolvimento” e enriquecimento de uma minoria em detrimento da maioria do nosso povo.

Tudo isso gera um impacto de desterritorialização, engrossando as periferias das grandes cidades e formando um grande exército industrial de reserva. Retirase o território, expulsam-se as populações para as periferias, retiram-se as condições econômicas e culturais numa política de contenção, criminalização, encarceramento e genocídio.

Segundo Onir, “há um quadro de total insensibilidade da sociedade. A sociedade hoje aceita com tranquilidade a morte e a violência sobre o corpo negro. A violência se sustenta dentro de uma ideologia que justifica essa situação. Há a manutenção de uma ordem colonial e a ausência do estado democrático de direito para a maior parcela da população”.

Hoje, o povo negro continua sendo o mais explorado em postos de trabalho terceirizados e análogos ao trabalho escravo. Para se ter uma ideia, as mulheres negras recebem cerca de 70% menos do que os homens brancos. A sociedade capitalista perpetua uma ideologia racista

para aumentar seus lucros e manter seu sistema de dominação, opressão e exploração.

Sobre a Polícia Militar, essa é uma questão central para a OLPN. Segundo Onir, não é possível movimentos que se dizem progressistas e democráticos defenderem uma democracia sem defender a extinção da Polícia Militar. “Não se trata de reformar a Polícia. Até em relatório da ONU é orientada a extinção das polícias militares. E esse é um dos principais desafios que o movimento social tem pela frente e para nós é questão de vida ou morte”, afirma.

Perguntado sobre sua posição em relação ao desarmamento, Onir de Araújo responde que “a autodefesa deve ser um direito comunitário. Enquanto estão nos assassinando, temos que ter o direito a nos defender e a viver”.

Onir destaca que a OLPN e a Frente Quilombola são os impulsores da Campanha de Reparação Histórica e Humanitária, mas que essa pauta deve ser do movimento social. Aponta ainda que não tem ilusão de que dentro da democracia burguesa o projeto de lei será facilmente aprovado e de que é preciso pressão popular e organização política para fazer um pleito contra o Estado. Destaca a importância da construção de um projeto de Nação na defesa de uma sociedade multirracial e pluriétnica com representatividade efetiva dos povos e controle das riquezas pelos povos.

CONVENÇÃO DA ONU

de 21 de dezembro de 1965.



Sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial. Os EstadosPartes na presente Convenção; Considerando que a Carta das Nações Unidas baseia-se em princípios de dignidade e igualdade inerentes a todos os seres humanos, e que todos os EstadosMembros comprometeram-se a tomar medidas separadas e conjuntas, em cooperação com a Organização, para a consecução de um dos propósitos das Nações Unidas que é promover e encorajar o respeito universal e observância dos direitos humanos e liberdades fundamentais para todos, sem discriminação de raça, sexo, idioma ou religião;

Considerando que a Declaração Universal dos Direitos do Homem proclama que todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos e que todo homem tem todos os direitos estabelecidos na mesma, sem distinção de qualquer espécie e principalmente de raça, cor ou origem nacional;

Considerando que todos os homens são iguais perante a lei e têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação e contra qualquer incitamento à discriminação;

Considerando que as Nações Unidas têm condenado o colonialismo e todas as práticas de segregação e discriminação a eles associadas, em qualquer forma onde quer que existam, e que a Declaração sobre a Outorga de Independência aos Países e Povos Coloniais de 14 de dezembro de 1960 (Resolução 1.514 (XV) da Assembleia Geral) afirmou e proclamou solenemente a necessidade de levá-la a um fim rápido e incondicional;

Considerando que a Declaração das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial de 20 de novembro de 1962 (Resolução 1.904 (XVIII) da Assembleia Geral) afirma solenemente a necessidade de eliminar rapidamente a discriminação racial através do mundo em todas as suas formas e manifestações e de assegurar a compreensão e o respeito à dignidade da pessoa humana;

Convencidos de que qualquer doutrina de superioridade baseada em diferenças raciais é cientificamente falsa, moralmente condenável, socialmente indústa e perigosa, e que não existe justificação para a discriminação racial, em teoria ou na prática, em lugar algum;

Reafirmando que a discriminação entre os homens por motivo de raça, cor ou origem étnica é um obstáculo às relações amistosas e pacíficas entre as nações e é capaz de perturbar a paz e a segurança entre os povos e a harmonia de pessoas vivendo lado a lado até dentro de um mesmo Estado;

Convencidos de que a existência de barreiras raciais repugna os ideais de qualquer sociedade humana, Alarmados por manifestações de discriminação racial ainda em evi-
www.palmares.gov.br

dência em algumas áreas do mundo e por políticas de apartheid, segregação ou separação;

Resolvidos a adotar todas as medidas necessárias para eliminar rapidamente a discriminação racial em todas as suas formas e manifestações, e a prevenir e combater doutrinas e práticas racistas com o objetivo de promover o entendimento entre as raças e construir uma comunidade internacional livre de todas as formas de segregação racial e discriminação racial;

Levando em conta a Convenção sobre a discriminação no Emprego e Ocupação, adotada pela Organização Internacional do Trabalho em 1958, e a Convenção contra a Discriminação no Ensino, adotada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, em 1960, Desejosos de completar os princípios estabelecidos na Declaração das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial e assegurar o mais cedo possível a adoção de medidas práticas para esse fim, Acordam no seguinte:

PARTE I

Artigo I

1. Nesta Convenção, a expressão “discriminação racial” significa qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência, baseadas em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que têm por objetivo ou efeito anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício em um mesmo plano (em igualdade de condição) de direitos humanos e liberdades fundamentais no domínio político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro domínio de vida pública.

2. Esta Convenção não se aplicará às distinções, exclusões, restrições, preferências feitas por um EstadoParte nesta Convenção entre cidadãos e não-cidadãos.

3. Nada nesta Convenção poderá ser interpretado como afetando as disposições legais dos EstadosPartes, relativas a nacionalidade, cidadania e naturalização, desde que tais disposições não discriminem contra qualquer nacionalidade particular.

4. Não serão consideradas discriminação racial as medidas especiais tomadas com o único objetivo de assegurar progresso adequado de certos grupos raciais ou étnicos ou de indivíduos que necessitem da proteção que possa ser necessária para proporcionar a tais grupos ou indivíduos igual gozo ou exercício de direitos humanos e liberdades fundamentais, contato que tais medidas não conduzam, em consequência, à manutenção de direitos separados para diferentes grupos raciais e não prossigam após terem sido alcançados os seus objetivos.

1. Os EstadosPartes condenam a discriminação racial e

comprometem-se a adotar, por todos os meios apropriados e sem tardar, uma política de eliminação da discriminação racial em todas as suas formas de promoção de entendimento entre todas as raças, e para este fim:

a) cada EstadoParte compromete-se a não efetuar qualquer ato ou prática de discriminação racial contra pessoas, grupos de pessoas ou instituições e fazer com que todas as autoridades públicas ou locais se conformem com esta obrigação;

b) cada EstadoParte compromete-se a não encorajar, defender ou apoiar a discriminação racial praticada por uma pessoa ou organização qualquer;

c) cada EstadoParte deverá tomar as medidas eficazes, a fim de rever as políticas governamentais nacionais e locais e para modificar, obrigar ou anular qualquer disposição regulamentar que tenha como objetivo;

d) cada EstadoParte deverá tomar, por todos os meios apropriados, inclusive se as circunstâncias o exigirem, as medidas legislativas, proibir e pôr fim à discriminação racial praticada por quaisquer pessoas, grupo ou organização;

e) cada EstadoParte compromete-se a favorecer, quando for o caso, as organizações e movimentos multirraciais e outros meios próprios a eliminar as barreiras entre as raças e a desencorajar o que tende a fortalecer a divisão racial.

2. Os EstadosPartes tomarão, se as circunstâncias o exigirem, nos campos social, econômico, cultural e outros, as medidas especiais e concretas para assegurar como convier o desenvolvimento ou a proteção de certos grupos raciais ou de indivíduos pertencentes a esses grupos com o objetivo de garantir-lhes, em condições de igualdade, o pleno exercício dos direitos do homem e das liberdades fundamentais. Essas medidas não deverão, em caso algum, ter a finalidade de manter direitos desiguais ou distintos para os diversos grupos raciais, depois de alcançados os objetivos em razão dos quais foram tomadas.

Os EstadosPartes especialmente condenam a segregação racial e o apartheid e comprometem-se a proibir e a eliminar nos territórios sob sua jurisdição todas as práticas dessa natureza.

Os EstadosPartes condenam toda propaganda e todas as organizações que se inspirem em idéias ou teorias baseadas na superioridade de uma raça ou de um grupo de pessoas de uma certa cor ou de uma certa origem étnica ou que pretendam justificar ou encorajar qualquer forma de ódio e de discriminação raciais, e comprometem-se a adotar imediatamente medidas positivas destinadas a eliminar qualquer incitação a uma tal discriminação, ou quaisquer atos de discriminação com esse objetivo, tendo em vista os princípios formulados na declaração Universal

dos Direitos do Homem e os direitos expressamente enunciados no artigo V da presente Convenção, inter alia:

a) a declarar delitos puníveis por lei, qualquer difusão de iséias baseadas na superioridade ou ódio raciais, qualquer incitamento à discriminação racial, assim como quaisquer atos de violência ou provocação a tais atos, dirigidos contra qualquer raça ou qualquer grupo de pessoas de outra cor ou de outra origem étnica, como também qualquer assistência prestada a atividades racistas, inclusive seu financiamento;

b) a declarar ilegais e a proibir as organizações, assim como as atividades de propaganda organizada e qualquer outro tipo de atividade de propaganda que incitem à discriminação racial e que encorajem e a declarar delito punível por lei a participação nestas organizações ou nestas atividades;

c) a não permitir às autoridades às autoridades públicas nem às instituições públicas, nacionais ou locais, o incitamento ou encorajamento à discriminação racial.

De conformidade com as obrigações fundamentais enunciadas no artigo 2, os Estados-Partes comprometem-se a proibir e a eliminar a discriminação racial em todas as suas formas e a garantir o direito de cada um à igualdade perante a lei sem distinção de raça, de cor ou de origem nacional ou étnica, principalmente

a) direito a um tratamento igual perante os tribunais ou qualquer outro órgão que administra justiça;

b) direito à segurança da pessoa ou à proteção do Estado contra violência ou lesão corporal cometida, quer por funcionários de Governo, quer por qualquer indivíduo, grupo ou instituição;

c) direitos políticos, particularmente direitos de participar nas eleições de votar e ser votado conforme o sistema de sufrágio universal e igual, de tomar parte no Governo assim

como na direção dos assuntos públicos a qualquer nível, e de acesso em igualdade de condições às funções públicas;

d) outros direitos civis, particularmente:

I) direito de circular livremente e de escolher residência dentro das fronteiras do Estado;

II) direito de deixar qualquer país, inclusive o seu, e de voltar a seu país;

III) direito a uma nacionalidade;

IV) direito de casarse e escolher o cônjuge;

V) direito de qualquer pessoa, tanto individualmente como em conjunto, à propriedade;

VI) direito de herdar;

VII) direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião;

VIII) direito à liberdade de opinião e de expressão;

IX) direito à liberdade de reunião

e de associação pacífica; e) direitos econômicos, sociais e culturais, principalmente:

e) direitos econômicos, sociais e culturais, principalmente:

I) direitos aos trabalho, à livre escolha de seu trabalho, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho, à proteção contra o desemprego, a um salário igual para um trabalho igual, a uma remuneração equitativa e satisfatória;

II) direitos de fundar sindicatos e a esses se filiar;

III) direito à habitação;

IV) direito à saúde pública, a tratamento médico, à previdência social e aos serviços sociais;

V) direito à educação e à formação profissional;

VI) direito à igual participação nas atividades culturais;

f) direito de acesso a todos os lugares e serviços destinados ao uso do público, tais como meios de transporte, hotéis, restaurantes, cafés, espetáculos e parques.

Os EstadosPartes assegurarão a qualquer pessoa que estiver sob sua jurisdição, proteção e recursos eficazes perante os tribunais nacionais e outros órgãos do Estado competentes,

contra quaisquer atos de discriminação racial que, contrariamente à presente Convenção,

violarem seus direitos individuais e suas liberdades fundamentais, assim como o direito de pedir a esses tribunais uma satisfação ou reparação justa e adequada por qualquer dano de que foi vítima em decorrência de tal discriminação.

Artigo VII

Os EstadosPartes comprometem-se a tomar as medidas imediatas e eficazes, principalmente no campo do ensino, educação, cultura e informação, para lutar contra os preconceitos que levem à discriminação racial e para promover o entendimento, a tolerância e a amizade entre Nações e grupos raciais e étnicos, assim como para propagar os propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas, da Declaração Universal dos Direitos do Homem, da Declaração das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de

Discriminação Racial e da presente Convenção.

• Aprovada pelo Decreto Legislativo no 23, de 1967, e promulgada pelo Decreto no 65.810. de 1969.

DIA DA ENFERMAGEM É DIA DE LUTA



A ASUNIRIO representada pela Coordenadora de Aposentados, Sheila Bernardes, prestou uma breve e singela homenagem no Dia Internacional da Enfermagem, comemorado anualmente em 12 de maio, o evento se deu na sala da Supervisão de Enfermagem do HUGG. Uma justa saudação a todos esses profissionais que se dedicam em suas atividades diárias cuidando e salvando nossas vidas. Um trabalho essencial para garantir a recuperação e salvamento de vidas em perigo, seja nos hospitais ou demais instituições que necessitam da assistência contínua de cuidados médicos

Origem do Dia Internacional da Enfermagem

O Dia Internacional da Enfermagem é celebrado mundialmente desde 1965. Porém, oficialmente esta data só foi estabelecida em 1974, a partir da decisão do Conselho Internacional de Enfermeiros.

O dia 12 de maio foi escolhido como homenagem ao nascimento de Florence Nightingale, considerada a “mãe” da enfermagem moderna. Florence Nightingale, de nacionalidade inglesa, nasceu em Florença, na Itália. Aos 17 anos, Florence Nightingale, que era cristã anglicana, decidiu ser enfermeira, acreditando ter um chamado de Deus para fazer enfermagem.

Foi na guerra da Crimeia, em que o Reino Unido participou entre 1853 e 1856, que o seu trabalho se tornou mais conhecido e ela foi chamada de “Dama da Lâmpada”, instrumento que usava durante a noite para ajudar melhor os feridos.

Florence Nightingale fundou a primeira Escola de Enfermagem secular do mundo na Inglaterra, em 1860.

No Brasil, Ana Néri foi a pioneira na luta pela consolidação da profissão de enfermeira. Nasceu em 1813, na Cidade de Cachoeira, na Bahia. Sua vocação como enfermeira começou em meados de 1864, quando seus dois filhos, um médico militar e um oficial do Exército, foram convocados para a Guerra do Paraguai (1864-1870). Ana Néri não resistiu à separação da família e coloca-se à disposição do governo para ir à guerra, sendo considerada a primeira enfermeira voluntária do Brasil.

A atuação de Ana Néri na guer-

ra, junto aos feridos, foi incansável. Desdobrou-se como enfermeira, ministrando medicamentos e proporcionando alívio e conforto aos doentes. Após cinco anos de guerra, Néri retorna ao Brasil e o Governo Imperial lhe concede uma pensão, além de medalhas humanitárias e de campanha; e no período já republicano, o nome Ana Néri foi dado à primeira Escola de Enfermagem oficializada pelo Governo Federal, em 1923, pertencente à Universidade do Brasil (atual UFRJ). Ana Néri faleceu no Rio de Janeiro, em 20 de maio de 1880, aos sessenta e seis anos

Dia da Enfermagem no Brasil

O Dia Internacional da Enfermagem passou a ser uma data comemorativa no Brasil em na década de 1940 quando a data foi instituída pelo então presidente Getúlio Vargas.

No entanto, no Brasil é comum a celebração da Semana da Enfermagem, que começa em 12 de maio (com o Dia Internacional da Enfermagem) e termina em 20 de maio (com a comemoração do Dia do Auxiliar e Técnico de Enfermagem).

Perfil da Enfermagem no Brasil

A enfermagem hoje no país é composta por um quadro de 80% de técnicos e auxiliares e 20% de enfermeiros. A conclusão é da pesquisa Perfil da Enfermagem no Brasil, lançada nesta quarta-feira (6/5) em Brasília, e cujos resultados também apontam desgaste profissional em 66% dos entrevistados e grande concentração da força de trabalho na Região Sudeste (mais da metade das equipes consultadas). O mais amplo levantamento sobre uma categoria profissional já realizado na América Latina é inédito e abrange um universo de 1,6 milhão de profissionais. O estudo foi realizado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), por iniciativa do Conselho Federal de Enfermagem (Cofen).

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a área de saúde compõe-se de um contingente de 3,5 milhões de trabalhadores, dos quais cerca 50% atuam na enfermagem (cerca de 1,7 milhão). A pesquisa sobre o Perfil da Enfermagem, realizada em aproximadamente 50% dos municípios brasileiros e em todos os 27 estados da Federação, inclui

desde profissionais no começo da carreira (auxiliares e técnicos, que iniciam com 18 anos; e enfermeiros, com 22) até os aposentados (pessoas de até 80 anos).

“Traçamos o perfil da grande maioria dos trabalhadores que atuam do campo da saúde. Trata-se de uma categoria presente em todos os municípios, fortemente inserida no SUS e com atuação nos setores público, privado, filantrópico e de ensino. Isso demonstra a dimensão da pesquisa, que não contempla apenas os que estão na ativa, mas a corporação como um todo”.

comenta a coordenadora-geral do estudo e pesquisadora da Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp/Fiocruz), Maria Helena Machado. No quesito mercado de trabalho, 59,3% das equipes de enfermagem encontram-se no setor público; 31,8% no privado; 14,6% no filantrópico e 8,2% nas atividades de ensino.

A pesquisa foi encomendada pelo Cofen para determinar a realidade dos profissionais e subsidiar a construção de políticas públicas. “Este diagnóstico detalhado da situação da enfermagem brasileira é um passo necessário para a transformação da realidade”, afirma o presidente do Cofen, Manoel Carlos Neri.

Renda mensal

Considerando a renda mensal de todos os empregos e atividades que a equipe de enfermagem exerce, constata-se que 1,8% de profissionais na equipe (em torno de 27 mil pessoas) recebem menos de um salário-mínimo por mês. A pesquisa encontra um elevado percentual de pessoas (16,8%) que declararam ter renda total mensal de até R\$ 1.000. Dos profissionais da enfermagem, a maioria (63%) tem apenas uma atividade/trabalho.

Os quatro grandes setores de empregabilidade da enfermagem (público, privado, filantrópico e ensino) apresentam subsalários. O privado (21,4%) e o filantrópico (21,5%) são os que mais praticam salários com valores de até R\$ 1.000. Em ambos, os vencimentos de mais da metade do contingente lá empregado não passa de R\$ 2.000.

Masculinização

A equipe de enfermagem é predominantemente feminina, sendo

composta por 84,6% de mulheres. É importante ressaltar, no entanto, que mesmo tratando-se de uma categoria feminina, registra-se a presença de 15% dos homens. “Pode-se afirmar que na enfermagem está se firmando uma tendência à masculinização da categoria, com o crescente aumento do contingente masculino na composição. Essa situação é recente, data do início da década de 1990, e vem se firmando”, afirma a coordenadora.

Profissionais qualificados

O desejo de se qualificar é um anseio do profissional de enfermagem. Os trabalhadores de nível médio (técnicos e auxiliares) apresentam escolaridade acima da exigida para o desempenho de suas atribuições, com 23,8% reportando nível superior incompleto e 11,7% tendo concluído curso de graduação. O programa Proficiência e outras iniciativas de aprimoramento promovidas pelo Sistema Cofen/Conselhos Regionais revelaram ampla penetração, alcançando 94,5% dos enfermeiros e 98% dos profissionais de nível médio (técnicos e auxiliares) que relatam participação em atividades de aprimoramento.

Desemprego aberto

Dificuldade de encontrar emprego foi relatada por 65,9% dos profissionais de enfermagem. A área já apresenta situação de desemprego aberto, com 10,1% dos profissionais entrevistados relatando situações de desemprego nos últimos 12 meses.

Concentração geográfica

Mais da metade dos enfermeiros (53,9%), técnicos e auxiliares de enfermagem (56,1%) se concentra na Região Sudeste. Proporcionalmente à população, que representa 28,4% dos brasileiros segundo o IBGE, a Região Nordeste apresenta a menor concentração de profissionais, com 17,2% das equipes de enfermagem.

Preconceito Histórico

Historicamente, a Enfermagem sempre foi vista como um ofício menor se comparado com a Medicina, embora ambas tenham a mesma importância na área de Saúde. É uma questão de cultura. A Medicina é uma ciência mais antiga, e o status social do mé-

dico sempre foi maior do que o do enfermeiro. Isso começa a mudar, até porque é o enfermeiro que está 24 horas com o paciente, e as pessoas começam a valorizá-lo.

A Enfermagem também sofreu preconceitos por ser historicamente uma profissão feminina, já que o machismo quando essa ciência surgiu considerava inferiores os ofícios ligados ao gênero. Havia a ideia de que a Medicina era para os homens e a Enfermagem para as mulheres, pelo fato de subserviência que havia entre as duas funções, da enfermeira servindo ao médico. As pessoas sempre reclamam por mais médicos, pois elas querem consulta, querem tratar, tocarem em médicos, mas o que faltam mesmo são mais enfermeiros, que focam principalmente nos cuidados e na qualidade de vida através da prevenção.

Luta contra a EBSERH - Privatização da saúde

Tal qual Florence Nightingale e Ana Néri que nos campos de guerra demonstraram o valor e a essencial importância das enfermeiras para a vida humana, também nossas bravas companheiras da Enfermagem da UNIRIO e principalmente do HUGG demonstraram valor e dignidade em suas mobilizações contra a privatização do HUGG e por uma saúde pública, de qualidade e universal. Mesmo diante das afirmações ditas e na prática negadas tanto pelo Diretor do HUGG, Fernando Ferry em fevereiro de 2015 “ Nós achamos que a EBSERH não é uma boa solução para o hospital” e pelo Magnífico Reitor, Luiz Pedro San Gil Jutuca em março de 2015 “ O reitor poderia ter assinado a adesão do seu gabinete, mas não fiz e jamais farei”, mesmo diante desses “equivocos” a Enfermagem não se deixou levar pelo canto da sereia, lutou e tem lutando diariamente por um HUGG para toda a sociedade, deixando exemplos para nossos gestores de como a luta pode mudar as nossas vidas.

Fontes:

www.velhosamigos.com.br
www.calendarr.com
www.portal.fiocruz.br
www.gazetadopovo.com.br